

STAL e STML manifestam-se em Coimbra

28-Jul-2004

Â PROTESTOS SINDICAIS NA INAUGURAÃ§Ã£o

DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÃ§Ã£o LOCAL

Activistas sindicais do STAL e do STML vÃ£o estar presentes amanhÃ£, sexta-feira, 30, na inauguraÃ§Ã£o das novas instalaÃ§Ãµes da Secretaria de Estado da AdministraÃ§Ã£o Local, em Coimbra, para lembrar as reivindicaÃ§Ãµes dos trabalhadores e afirmar a disponibilidade para transformar aquela cidade na sede da luta do sector.

Â

Com esta acÃ§Ã£o, em que se prevÃª a colocaÃ§Ã£o de um pano e a entrega de uma Carta Aberta ao novo secretÃ¡rio de Estado, os dois sindicatos pretendem que o primeiro dia da SEAL na cidade do Mondego fique associado Ã exigÃªncia de soluÃ§Ãµes efectivas para os problemas daqueles que sÃ£o os principais intervenientes na Â«obra construÃ-da ao longo de 30 anos pelo Poder Local DemocrÃtico, em prol do bem-estar das populaÃ§ÃµesÂ».

O documento dirigido ao novo Governo afirma que a mudanÃ§a para Coimbra nÃ£o passa de Â«uma medida meramente folclÃ³rica e demagÃ³gicaÂ», notando que, para alÃ©m de em nada contribuir para a necessÃ¡ria descentralizaÃ§Ã£o polÃtica e administrativa tambÃ©m, por si sÃ³, nÃ£o resolverÃ qualquer problema dos trabalhadores.

No entanto, a Carta Aberta manifesta a disponibilidade do STAL e do STML (Sindicato do MunicÃpio de Lisboa) Â«para encetar todos e quaisquer processos de diÃ¡logo e de busca de soluÃ§ÃµesÂ» efectivas.

Todavia, sublinha-se na missiva, os dois sindicatos frisam estÃ£o dispostos a voltar a Coimbra Â«com a luta dos trabalhadores, caso se mantenham os adiamentos inadmissÃveis, os incumprimentos, as recusas ao direito de negociaÃ§Ã£o e, sobretudo, o desrespeito pela dignidade pessoal e profissional daqueles que diariamente laboram com afinco para permitir a valorizaÃ§Ã£o do Poder local DemocrÃtico e a melhoria da qualidade de vida das populaÃ§ÃµesÂ».

De entre os diversos problemas e reivindicaÃ§Ãµes apresentados, salienta-se:

- A nÃ£o concretizaÃ§Ã£o das medidas legislativas consensualizadas entre o STAL, a ANMP e a DGAL, no Ãmbito da ComissÃ£o Tripartida criada hÃ mais de dois anos por proposta do secretÃ¡rio de Estado cessante;

- A inexplicável falta de regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco;
- A discriminação existente entre as carreiras verticais e horizontais, bem como a interferência negativa das CCDRâ€™s neste processo;
- A recusa sistemática em negociar de forma séria e efectiva a valorização e requalificação de um conjunto de carreiras profissionais, designadamente as dos polícias e fiscais municipais, dos trabalhadores da educação e dos bombeiros profissionais;
- A regulamentação imediata dos cursos de promoção e do Regulamento Geral do Estágio conforme previsto nos artigos 17º e 18º do Decreto-Lei nº 106/02, de 13 de Abril (Estatuto do Bombeiro Profissional da Administração Local).
- O adiamento da negociação de uma portaria regulamentadora dos trabalhadores ao serviço das associações humanitárias de bombeiros;
- A negação do direito de negociação e de participação do STAL em diversas matérias de relevo para a Administração Local e para os seus trabalhadores, como sucedeu recentemente com a legislação publicada sobre as novas Comunidades Urbanas.

As Direcções do STAL e do STML